

AO EXPEDIENTE DO DIA
02 de 08 de 16
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA

VETO PARCIAL

Nº 110/2016

...tífico, para os devidos fins, qu
DOCUMENTO foi publicado no
Nesta Data, 23 / 06 / 2016
Verônica Lucia Sá
Serência Executiva de Registro de Atos
Legislação da Casa Civil do Governador

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 531/2016¹⁵, de autoria do Deputado Adriano Galdino, que "Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica no Estado da Paraíba e dá outras providências."

RAZÕES DO VETO

Não obstante o mérito do presente projeto, sou obrigado a vetar parcialmente os incisos III e IV do art. 5º por apresentar inconstitucionalidade pelas razões a seguir expostas.

Art. 5º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica, o incentivo fiscal e tributário, a pesquisa tecnológica, a assistência técnica e a promoção dos produtos, observado ainda os seguintes critérios:

(...)

III - O estabelecimento industrial que adquirir energia elétrica de fonte renovável solar deverá ser estimulado mediante a concessão de crédito presumido do ICMS, na forma do decreto de regulamentação da lei;

IV - É condição para habilitação ao incentivo previsto no inciso anterior ser estabelecimento industrial, localizado no território do Estado da Paraíba, inscrito no regime normal de apuração do ICMS;

(...).



A Divisão de Assistência ao Plenário

01/08/16

Washington Rocha de Aquino
Secretário Legislativo

Handwritten signature/initials.



ESTADO DA PARAÍBA



Em consulta formulada à Secretaria de Estado da Receita acerca do presente projeto de lei, esta se manifestou por meio do Ofício nº 744/16-SER, demonstrando fatos impeditivos à sanção dos incisos III e IV do artigo 5º, vejamos:

Quanto aos benefícios fiscais previstos nos incisos III e IV, do artigo 5º temos que a concessão e implementação destes na legislação de nosso Estado, **carecem de celebração do Convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, onde as decisões, na concessão de benefícios fiscais previstos no art 1º da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, são tomadas por unanimidade dos representantes das unidades da Federação presentes.** De modo que. Para a concessão do mencionado benefício, necessário se faz o cumprimento das formalidades que se seguem: Convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24/75 (CONFAZ), repercussão financeira, e a respectiva compensação orçamentária, conforme preceitua a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). GRIFAMOS.

Estas são as normas que devem ser observadas para a concessão de qualquer benefício fiscal na área do ICMS.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei acima mencionado, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 22 de junho de 2016.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

Certifico, para os devidos fins, que esta
LEI foi publicada no DOE, Nesta Data

23 / 06 / 2016

Verônica Nóbrega

Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador



ESTADO DA PARAÍBA

LEI Nº 10.720

DE 22

DE JUNHO DE 2016.

AUTORIA: DEPUTADO ADRIANO GALDINO



**Institui a Política Estadual de Incentivo
à Geração e Aproveitamento da
Energia Solar e Eólica no Estado da
Paraíba e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

**Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu
sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica, formulada e executada como forma de racionalizar o consumo de energia elétrica e outras fontes de energia no Estado da Paraíba.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica:

I – estimular, como forma de diminuir o consumo das diferentes fontes de energia, os investimentos e a implantação dos sistemas de energia solar e eólica ecologicamente corretos, englobando o desenvolvimento tecnológico e a produção de energia solar fotovoltaica e fototérmica para autoconsumo em empreendimentos particulares e públicos, residenciais, comunitários, comerciais e industriais;

II – criar alternativas de emprego e renda;

III – aprimorar a eficiência e o aproveitamento energético e redução de custos;

IV – prevenir ou mitigar impactos negativos ao meio ambiente;

V – universalizar o serviço público de energia;

VI – estimular o uso de tecnologias mais limpas e menos degradantes;

VII – estimular o uso de fontes renováveis de energia;

PL



ESTADO DA PARAÍBA



VIII – incentivar o estabelecimento de indústrias que fabricam equipamentos e componentes para a geração de energia solar e eólica no Estado da Paraíba;

IX – desenvolver o mercado fornecedor paraibano de equipamentos e serviços para a cadeia solar eólica, incluindo a atração de investimentos internacionais para favorecer a transferência de tecnologia;

X – fomentar programas de capacitação e formação de recursos humanos para atuar em todas as etapas da cadeia produtiva;

XI – estimular a criação de empresas prestadoras de serviço de instalação e manutenção de painéis solares e de postes e torres eólicas;

XII – fomentar programas de pesquisa e desenvolvimento nas instituições do Estado para assegurar o domínio da tecnologia de energia solar fotovoltaica e eólica;

XIII – diversificar a matriz energética paraibana;

XIV – garantir maior confiabilidade e segurança para o abastecimento.

Art. 3º Na implementação da Política regulada por esta Lei cabe ao Estado, por meio dos órgãos competentes:

I – apoiar a implantação e o desenvolvimento de projetos que contemplem como fonte subsidiária de energia a utilização de equipamento de energia solar e eólica;

II – apoiar a implantação de sistemas de produção de energia solar e eólica para autoconsumo;

III – estimular atividades agropecuárias que utilizem a energia solar e eólica enquanto fonte alternativa de energia;

IV – estimular parcerias entre os órgãos municipais, estaduais e federais com o objetivo de dotar tecnologicamente os empreendimentos beneficiados pela política de que trata esta Lei, aumentando a economicidade, a produtividade e a eficiência tecnológica;

V – criar mecanismos para facilitar o fomento à fabricação, ao uso e à comercialização dos produtos inerentes ao sistema da energia solar e eólica;

VI – promover estudos sobre a aplicação e ampliação do uso da energia elétrica a partir da energia solar e eólica;

PF



ESTADO DA PARAÍBA



VII – articular as políticas de incentivo à tecnologia com os programas de geração de emprego e renda, buscando o desenvolvimento integrado;

VIII – criar campanhas de promoção dos produtos e da utilização da energia solar e eólica, apoiando e estimulando a sua colocação no mercado;

IX – promover campanhas educativas sobre as vantagens do uso de energia renovável;

X – financiar ações que incentivem a produção e a aquisição de equipamentos geradores de energia solar, em especial para a população de baixa renda;

XI – financiar pesquisas desenvolvidas por entidades que atuem na área da energia alternativa, em especial a energia solar;

XII – conceder incentivos fiscais e tributários às empresas que se dedicam à fabricação e venda de equipamentos geradores de energias alternativas, em especial a solar, observados os preceitos da legislação estadual pertinentes em vigência;

XIII – elaborar estudos para implantação da energia solar nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, em especial nas empresas públicas e autarquias estaduais, visando à diminuição, por parte do Poder Público, dos gastos com a utilização de energia elétrica convencional, como forma de proporcionar economia ao erário a curto, médio e longo prazo;

XIV – buscar integração entre a produção agrícola, o beneficiamento e as práticas de conservação e sustentabilidade do meio ambiente.

Art. 4º A concessão dos incentivos fiscais e financeiros às empresas e comunidades produtivas interessadas será diferenciada em função dos seguintes itens:

I – atividade produtiva;

II – natureza do projeto ou da prática sustentável;

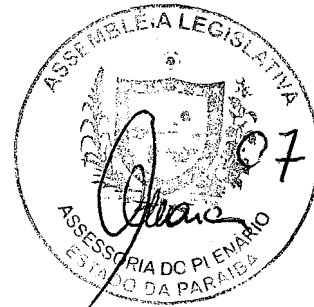
III – porte do empreendimento, da empresa ou da comunidade produtiva;

IV – localização no Estado;

V – ganho projetado de sustentabilidade, segundo indicadores definidos no decreto de regulamentação;



ESTADO DA PARAÍBA



VI – patamar corrente de sustentabilidade do empreendimento, da empresa ou da comunidade produtiva quando da apresentação do projeto.

Art. 5º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica, o incentivo fiscal e tributário, a pesquisa tecnológica, a assistência técnica e a promoção dos produtos, observado ainda os seguintes critérios:

I – as condições de financiamento ou garantia de crédito serão mais favorecidas quanto maior o patamar corrente de eficiência do empreendimento, empresa ou comunidade produtiva interessada, quando da apresentação do projeto, sem prejuízo das avaliações de risco de crédito;

II – para os efeitos do disposto nesta Lei, somente é considerada energia renovável de fonte incentivada aquela de origem solar e eólica, observados os seguintes requisitos:

a) a captação da fonte deve ocorrer em território paraibano;

b) a aquisição deve ser feita diretamente a estabelecimentos que comprovadamente gerem ou comercializem a referida energia.

III – VETADO;

IV – VETADO;

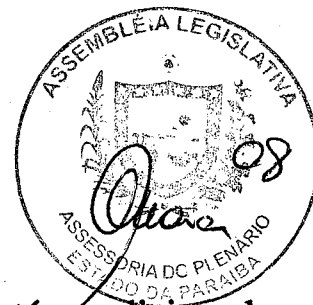
V – para fins do incentivo fiscal previsto nesta Lei, somente será considerada a energia elétrica contratada diretamente a terceiros que comprovadamente gerem ou comercializem energia de fontes renováveis;

VI – para fins de definição dos custos de aquisição da energia proveniente da fonte renovável incentivada, bem como para habilitação de empreendimentos geradores ou comercializadores, serão procedidos leilões de projetos de oferta de energia, tomando por base a estimativa de consumo de potenciais beneficiários, na forma a ser decidida na regulamentação da presente Lei.

VII – a participação de estabelecimento comercializador de energia de fontes renováveis nos leilões previstos no



ESTADO DA PARAÍBA



inciso anterior, bem como do estabelecimento gerador, está condicionada ao fato de ambos estarem localizados no território do Estado da Paraíba.

Art. 6º A Política Estadual de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica será gerenciada observando:

I – o planejamento e a coordenação das políticas de incentivo;

II – a definição da viabilidade técnica e econômica dos projetos;

III – o acompanhamento da execução da política de que trata esta Lei;

IV – o suporte técnico aos projetos, com a prestação de apoio a elaboração, ao desenvolvimento, a execução e a operacionalização dos empreendimentos;

V – buscar parcerias com outras entidades públicas ou privadas, para maximizar a produção e o incentivo a utilização dos produtos;

VI – a viabilização de espaços públicos, em parceria com os municípios e a iniciativa privada, destinados à exposição e à divulgação dos benefícios da Política regulada por esta Lei, visando estimular o seu aproveitamento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga-se a Lei nº 9.770, de 08 de junho de 2012.

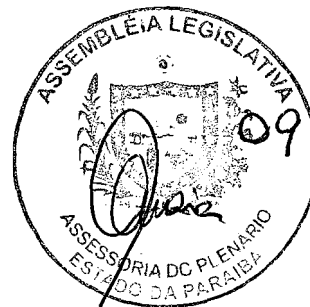
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 22 de junho de 2016; 128º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA



REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIACÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário
As fls. ____ sob o nº 110116
Em 01/08/2016

P. Magalhães
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 02/08/2016

P. Magalhães
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, ____/____/2016.

Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 02/08/2016

J. Barbosa
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____/____/2015

Secretaria Legislativa
Secretário

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator

Em ____/____/2016.

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Em ____/____/2016

Deputado
Presidente

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____/____/2016

Secretaria Legislativa
Secretário

Apreciado pela Comissão
No dia ____/____/2016

Parecer ____
Em ____/____/

Secretaria Legislativa

Aprovado em (____) Turno

Em ____/____/2016.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(____) Página (s) e (____)
Documento (s) em anexo.

Em ____/____/2016.

Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



VETO TOTAL Nº 110/2016 AO PROJETO DE LEI Nº 531/2015

“VETO PARCIAL, POR CONSIDERAR INCONSTITUCIONAL, AO PROJETO DE LEI Nº 531/2016, DE AUTORIA DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO, QUE 'INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO À GERAÇÃO E APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E EÓLICA NO ESTADO DA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS' “. **EXARA-SE O PARECER PELA MANUTENÇÃO DO VETO.**

AUTOR(A): GOVERNADOR DO ESTADO.
RELATOR(A): DEP. GERVÁSIO MAIA.

P A R E C E R Nº

797/2016

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o **Veto Parcial n.º 110/2016 ao Projeto de Lei nº 531/2015**, que “*Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica no Estado da Paraíba e dá outras providências*”, oposto pelo Governador do Estado, Ricardo Coutinho.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



O Chefe do Poder Executivo Estadual, com fulcro no § 1º, do artigo 65, da Constituição Estadual, vetou parcialmente o referido projeto, por considerá-lo **INCONSTITUCIONAL**.

Antes de se analisarem os dispositivos vetados, importa, contudo, dizer que houve um erro de redação na mensagem enviada pelo Governador do Estado, ao citar o PL nº 531. Diz-se que o projeto é do ano de 2016, mas, na verdade, ele foi apresentado no ano de 2015.

Observado isso, são objeto do veto os incisos III e IV, do art. 5º, do PL nº 531/2015, os quais procuram definir como instrumento da Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica o estímulo aos estabelecimentos industriais que adquirirem energia elétrica de fonte renovável solar, por meio da concessão de crédito presumido do ICMS, bastando ser estabelecimento industrial, localizado no território do Estado da Paraíba, inscrito no regime normal de apuração do ICMS, segundo a propositura.

Justificando o veto, o Governador consigna que consultou a Secretaria de Estado da Receita acerca do PL nº 531/2015, a qual se manifestou, mediante o Ofício nº 744/16-SER, demonstrando que o benefício que os incisos III e IV do art. 5º do referido projeto almejam conferir só pode ser dado conforme atendidas as formalidades estabelecidas pela Lei Complementar nº 24/75 e pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) : Convênio celebrado nos termos da LC nº 24/75 (CONFAZ), repercussão financeira e a respectiva compensação orçamentária.

A matéria constou no expediente do dia 02 de agosto de 2016.

Instrução processual em termos e tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

Os incisos III e IV, do Projeto de lei nº 531/2015, vetados pelo Governador do Estado, têm por finalidade conceder a estabelecimento industrial que adquirir energia elétrica de fonte renovável solar crédito presumido do ICMS, bastando estar localizado no território deste estado e inscrito no regime normal de apuração do ICMS.

Assiste razão ao Chefe do Executivo estadual em vetar os mencionados dispositivos, pois é a Lei Complementar nº 24/75 que define os requisitos para a concessão de crédito presumido do ICMS, assim como devem ser observados os critérios relativos à renúncia de receita previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101/00) para se conferir esse tipo de benefício.

Vejam-se alguns dispositivos da LC nº 24/75 que esclarecem a questão:

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

(...)

III - à concessão de créditos presumidos”

Observe também o disposto no art. 14, incisos e alguns parágrafos, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

*§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, **crédito presumido**, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.”

Ante o exposto, se não forem atendidas as formalidades contidas nas Leis Complementares nºs 24/75 e 101/00, não poderá ser concedido crédito presumido do ICMS, logo, esta relatoria propõe à douta Comissão a **MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL Nº 110/2016**.

É o voto.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 2016.

DEP. GERVÁSIO MAIA
Relator(a)



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

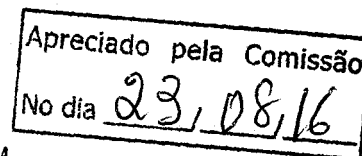



III - PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do(a) Senhor(a) Relator(a), opina pela **MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL Nº 110/2016.**, por entender que seus motivos são consistentes e procedentes.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 2016.



DEP. ESTELA BEZERRA
Presidente






DEP. JANDUHY CARNEIRO
Membro


DEP. BRANCO MENDES
Membro

DEP. JEOVÁ CAMPOS
Membro


DEP. OLENKA MARANHÃO
Membro


DEP. HERVÁZIO BEZERRA
Membro

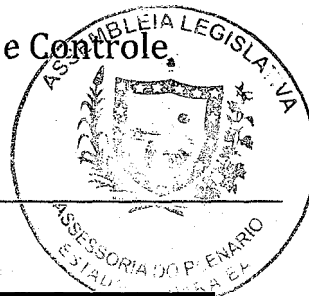

DEP. CAMILA TOSCANO
Membro



SECRETARIA LEGISLATIVA

**DACPL - Departamento de Acompanhamento e Controle
do Processo Legislativo**

Divisão de Assessoria ao Plenário



**CERTIDÃO DE TRAMITAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO
PLENÁRIO JOSÉ MARIZ**

**VETO PARCIAL Nº 110/2016 - DO GOVERNADOR DO
ESTADO DA PARAÍBA**

Ementa: Veto parcial, por considerar inconstitucional, ao Projeto de Lei nº 531/2015, de autoria do Deputado Adriano Galdino, que "Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica no Estado da Paraíba e dá outras providências"

Certifico, que o Veto Parcial foi MANTIDO com 24 (vinte e quatro) votos pela manutenção do veto e 01(uma) abstenção do Deputado João Henrique, na sessão da Ordem do Dia de 06 de setembro de 2016.

Dep. Bruno Cunha Lima
1º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 283 /2016.

João Pessoa, 13 de setembro de 2016.

Senhor Governador

Participo a Vossa Excelência, que esta Assembleia Legislativa, na sessão ordinária do dia 06/09/2016, rejeitou integralmente o Veto Parcial 110/2016, referente ao Projeto de Lei nº 5312015, do Deputado Adriano Galdino, que "Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica no Estado da Paraíba e dá outras providências", para o cumprimento do disposto no § 7º do Art. 65 da Constituição do Estado..

Atenciosamente,


ANÍSIO MAIA
3º Vice - Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador do Estado da Paraíba
Palácio da Redenção
João Pessoa PB

Consultoria Legislativa do Governador

RECEBIDO

Em 13 / 09 / 16

Doanilson



1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

VOTANDO SIM O DEPUTADO REJEITA O VETO, APROVANDO O PROJETO, E NÃO, ACEITA O VETO, REJEITANDO O PROJETO - (ART. 228 INC II E III DO R.I):

- 276
- **104/2016 – DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2015, de autoria do Ministério Público da Paraíba, que *“Dá nova redação a dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público e dá outras providências”*.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público.
Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
 - **105/2016 – DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto Total ao Projeto de Lei nº 2.067/2014, de autoria da Deputada Eva Gouveia, que *“Estadualiza a estrada que interliga os municípios de Dona Inês à Riachão iniciando na PB 103, na localidade Haras Bambu, neste Estado”*.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade, pois o mesmo interfere na independência dos entes federativos, além de interferir nas atribuições e estrutura de órgãos da administração, matéria essa de iniciativa privativa do Governador do Estado da Paraíba.
➤ *Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.*
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
 - **106/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 16/2015, de autoria do Deputado Anísio Maia, que “Acrescenta a Seção III ao capítulo V do título II da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Estatuto Servidor Público do Estado da Paraíba), contendo art. 91-A, para regulamentar o afastamento do servidor que pretenda participar de programa de pós-graduação e dá outras providências.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade, pois são de iniciativa do Governador do Estado as leis que versem sobre matérias relacionadas com o regime jurídico-administrativo de servidor público, conforme art. 63, §1º, inciso II, alínea “c” da Constituição do Estado da Paraíba.
➤ *Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.*
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
 - **107/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total ao Projeto de Lei nº 70/2015, de autoria do Deputado Frei Anastácio, que “Dispõe sobre a instituição da responsabilidade socioambiental das empresas privadas de médio, médio-grande e grande porte instaladas no território do Estado da Paraíba e dá outras providências.
Razões do Veto: Pela inconstitucionalidade por ofender às normas do Constituição da República e do Estado, quanto à iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
➤ *Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.*
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
 - **108/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total ao Projeto de Lei nº 259/2015, de autoria do Deputado Charles Camaraense, que “Dispõe sobre a instituição de campanha sobre os riscos da Nomofobia nos órgãos de saúde e de educação do Estado e dá outras providências.
Razões do Veto: Pela inconstitucionalidade, por criar atribuições para órgãos da administração pública, cuja iniciativa é privativa do Governador do Estado, conforme artigo 63, §1º, II, “e”, da Constituição do Estado da Paraíba, além de vício de inconstitucionalidade por criar despesa pública não contemplada na lei orçamentária.
➤ *Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.*
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

- **109/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO**– Veto total, por considerar contrário ao interesse público, ao Projeto de Lei nº 567/2015, de autoria do Deputado Anísio Maia, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.625, de 27 de dezembro de 2011, para disciplinar as saídas de emergência de casas de espetáculos, diversões ou eventos edificadas no Estado da Paraíba e dá outras providências."

Razões do Veto: Por considerar contrário ao interesse público na forma como foi redigida, poderá ser um empecilho intransponível para a instalação de alguns empreendimentos.

- **Parecer da Comissão de Desenvolvimento Turismo e Meio Ambiente é pela manutenção do veto.**

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

- **110/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO**– Veto parcial, por considerar inconstitucional, ao Projeto de Lei nº 531/2015, de autoria do Deputado Adriano Galdino, que "Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica no Estado da Paraíba e dá outras providências"

Razões do Veto: Por inconstitucionalidade, "*os incisos III e IV, do artigo 5º, a concessão e implementação destes na legislação do Estado da Paraíba, carecem de celebração do Convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, onde as decisões, na concessão de benefícios fiscais previstos no art. 1º da Lei Complementar nº 24 de 07/01/1975, são tomadas por unanimidade dos representantes das unidades da Federação presentes*" (consulta formulada à Secretaria de Estado da Receita).

- **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

- **111/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total, por considerar contrário ao interesse público, ao Projeto de Lei nº 696/2016, de autoria do Deputado Anísio Maia, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão do CPF do consumidor final nos cupons fiscais emitidos por empresas no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências".

Razões do Veto: Por considerar contrário ao interesse público.

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

2. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM 1º TURNO:

- **29/2016 – (MENSAGEM 2/2016 DE 19/05/2016) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA** – Transforma o parágrafo único do art. 9º, da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010 (LOJE), em § 2º do mesmo dispositivo, e dá outras providências.

- **Parecer da CCJR é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria.**

- **Parecer da Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança é pela aprovação da matéria.**

QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA

3. PROJETOS DE LEI – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

- **498/2015 – DO DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA** – Reconhece a todo aluno do Ensino Fundamental da Rede Pública do Estado, no qual forem constatadas necessidades especiais, o direito à tutoria educacional.

- **Parecer da CCJR é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria.**

- **Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desportos é pela não aprovação da matéria.**

QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES



1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

VOTANDO SIM O DEPUTADO REJEITA O VETO, APROVANDO O PROJETO, E NÃO, ACEITA O VETO, REJEITANDO O PROJETO - (ART. 228 INC II E III DO R.I):

- **104/2016 – DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2015, de autoria do Ministério Público da Paraíba, que *“Dá nova redação a dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público e dá outras providências”*.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
- **105/2016 – DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto Total ao Projeto de Lei nº 2.067/2014, de autoria da Deputada Eva Gouveia, que *“Estadualiza a estrada que interliga os municípios de Dona Inês à Riachão iniciando na PB 103, na localidade Haras Bambu, neste Estado”*.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade, pois o mesmo interfere na independência dos entes federativos, além de interferir nas atribuições e estrutura de órgãos da administração, matéria essa de iniciativa privativa do Governador do Estado da Paraíba.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
- **106/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 16/2015, de autoria do Deputado Anísio Maia, que “Acrescenta a Seção III ao capítulo V do título II da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Estatuto Servidor Público do Estado da Paraíba), contendo art. 91-A, para regulamentar o afastamento do servidor que pretenda participar de programa de pós-graduação e dá outras providências”.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade, pois são de iniciativa do Governador do Estado as leis que versem sobre matérias relacionadas com o regime jurídico-administrativo de servidor público, conforme art. 63, §1º, inciso II, alínea “c” da Constituição do Estado da Paraíba.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
- **107/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total ao Projeto de Lei nº 70/2015, de autoria do Deputado Frei Anastácio, que “Dispõe sobre a instituição da responsabilidade socioambiental das empresas privadas de médio, médio-grande e grande porte instaladas no território do Estado da Paraíba e dá outras providências”.
Razões do Veto: Pela inconstitucionalidade por ofender às normas do Constituição da República e do Estado, quanto à iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
- **108/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total ao Projeto de Lei nº 259/2015, de autoria do Deputado Charles Camaraense, que “Dispõe sobre a instituição de campanha sobre os riscos da Nomofobia nos órgãos de saúde e de educação do Estado e dá outras providências”.
Razões do Veto: Pela inconstitucionalidade, por criar atribuições para órgãos da administração pública, cuja iniciativa é privativa do Governador do Estado, conforme artigo 63, §1º, II, “e”, da Constituição do Estado da Paraíba, além de vício de inconstitucionalidade por criar despesa pública não contemplada na lei orçamentária.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA



1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

VOTANDO SIM O DEPUTADO REJEITA O VETO, APROVANDO O PROJETO, E NÃO, ACEITA O VETO, REJEITANDO O PROJETO - (ART. 228 INC II E III DO R.I):

- **104/2016 – DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2015, de autoria do Ministério Público da Paraíba, que *“Dá nova redação a dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público e dá outras providências”*.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
- **105/2016 – DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto Total ao Projeto de Lei nº 2.067/2014, de autoria da Deputada Eva Gouveia, que *“Estadualiza a estrada que interliga os municípios de Dona Inês à Riachão iniciando na PB 103, na localidade Haras Bambu, neste Estado”*.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade, pois o mesmo interfere na independência dos entes federativos, além de interferir nas atribuições e estrutura de órgãos da administração, matéria essa de iniciativa privativa do Governador do Estado da Paraíba.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
- **106/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 16/2015, de autoria do Deputado Anísio Maia, que “Acrescenta a Seção III ao capítulo V do título II da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003 (Estatuto Servidor Público do Estado da Paraíba), contendo art. 91-A, para regulamentar o afastamento do servidor que pretenda participar de programa de pós-graduação e dá outras providências.
Razões do Veto: Por inconstitucionalidade, pois são de iniciativa do Governador do Estado as leis que versem sobre matérias relacionadas com o regime jurídico-administrativo de servidor público, conforme art. 63, §1º, inciso II, alínea “c” da Constituição do Estado da Paraíba.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
- **107/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO**– Veto total ao Projeto de Lei nº 70/2015, de autoria do Deputado Frei Anastácio, que “Dispõe sobre a instituição da responsabilidade socioambiental das empresas privadas de médio, médio-grande e grande porte instaladas no território do Estado da Paraíba e dá outras providências.
Razões do Veto: Pela inconstitucionalidade por ofender às normas do Constituição da República e do Estado, quanto à iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA
- **108/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total ao Projeto de Lei nº 259/2015, de autoria do Deputado Charles Camaraense, que “Dispõe sobre a instituição de campanha sobre os riscos da Nomofobia nos órgãos de saúde e de educação do Estado e dá outras providências.
Razões do Veto: Pela inconstitucionalidade, por criar atribuições para órgãos da administração pública, cuja iniciativa é privativa do Governador do Estado, conforme artigo 63, §1º, II, “e”, da Constituição do Estado da Paraíba, além de vício de inconstitucionalidade por criar despesa pública não contemplada na lei orçamentária.
➤ **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**
QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

- **109/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO**– Veto total, por considerar contrário ao interesse público, ao Projeto de Lei nº 567/2015, de autoria do Deputado Anísio Maia, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.625, de 27 de dezembro de 2011, para disciplinar as saídas de emergência de casas de espetáculos, diversões ou eventos edificadas no Estado da Paraíba e dá outras providências."

Razões do Veto: Por considerar contrário ao interesse público na forma como foi redigida, poderá ser um empecilho intransponível para a instalação de alguns empreendimentos.

- **Parecer da Comissão de Desenvolvimento Turismo e Meio Ambiente é pela manutenção do veto.**

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

- **110/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO**– Veto parcial, por considerar inconstitucional, ao Projeto de Lei nº 531/2015, de autoria do Deputado Adriano Galdino, que "Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica no Estado da Paraíba e dá outras providências"

Razões do Veto: Por inconstitucionalidade, "*os incisos III e IV, do artigo 5º, a concessão e implementação destes na legislação do Estado da Paraíba, carecem de celebração do Convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, onde as decisões, na concessão de benefícios fiscais previstos no art. 1º da Lei Complementar nº 24 de 07/01/1975, são tomadas por unanimidade dos representantes das unidades da Federação presentes*" (consulta formulada à Secretaria de Estado da Receita).

- **Parecer da CCJR é pela manutenção do veto.**

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

- **111/2016 - DO GOVERNADOR DO ESTADO** – Veto total, por considerar contrário ao interesse público, ao Projeto de Lei nº 696/2016, de autoria do Deputado Anísio Maia, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão do CPF do consumidor final nos cupons fiscais emitidos por empresas no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências".

Razões do Veto: Por considerar contrário ao interesse público.

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

2. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM 1º TURNO:

- **29/2016 – (MENSAGEM 2/2016 DE 19/05/2016) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA** – Transforma o parágrafo único do art. 9º, da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010 (LOJE), em § 2º do mesmo dispositivo, e dá outras providências.

- **Parecer da CCJR é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria.**

- **Parecer da Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança é pela aprovação da matéria.**

QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA

3. PROJETOS DE LEI – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

- **498/2015 – DO DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA** – Reconhece a todo aluno do Ensino Fundamental da Rede Pública do Estado, no qual forem constatadas necessidades especiais, o direito à tutoria educacional.

- **Parecer da CCJR é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria.**

- **Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desportos é pela não aprovação da matéria.**

QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

LEI Nº 10.720, DE 22 DE JUNHO DE 2016.
AUTORIA: DEPUTADO ADRIANO GALDINO

**Institui a Política Estadual de Incentivo à
Geração e Aproveitamento da Energia Solar e
Eólica no Estado da Paraíba e dá outras
providências.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DA PARAÍBA;**

Faço saber que a Assembleia Legislativa manteve, e eu, nos termos do § 7º do art. 65 da Constituição Estadual, PROMULGO o seguinte dispositivo da Lei nº 10.720, de 22 de junho de 2016, cujo veto parcial foi rejeitado pelo Plenário na sessão ordinária do dia 06 de setembro de 2016:

“Art. 5º

.....

III - O estabelecimento industrial que adquirir energia elétrica de fonte renovável solar deverá ser estimulado mediante a concessão de crédito presumido do ICMS, na forma do decreto de regulamentação da lei;

IV - É condição para habilitação ao incentivo previsto no inciso anterior ser estabelecimento industrial, localizado no território do Estado da Paraíba, inscrito no regime normal de apuração do ICMS.”

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, João Pessoa, 16 de setembro de 2016.

ADRIANO GALDINO
Presidente